

País está preparado para turbulência, diz Guardia

Por Ribamar Oliveira e Fabio Graner | De Brasília



Eduardo Guardia: "Nosso elevado nível de reservas faz com que uma eventual saída de capital não cause problema".

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reconheceu, em entrevista ao Valor, que a situação envolvendo a ação militar na Síria feita por Estados Unidos, Reino Unido e França representa um risco para a economia brasileira. Mas ele salientou que o Brasil está em condições de enfrentar uma turbulência nos mercados decorrente de uma piora na incerteza internacional.

"Historicamente, na medida em que a percepção de risco aumenta, capitais se movem para comprar títulos públicos americanos e economias de países emergentes podem ser afetadas", explicou. "Mas o Brasil está preparado neste momento. A economia retomou o crescimento, a inflação está bem baixa e temos taxa de câmbio flexível. Importante também frisar que nosso elevado nível de reservas

internacionais faz com que uma eventual saída de capital não cause nenhum tipo de problema de solvência em dólares", afirmou, destacando a boa saúde do setor bancário brasileiro, demonstrada na última recessão.

Na entrevista, Guardia destacou que o leilão do excedente de petróleo da área da cessão onerosa não será viável sem um entendimento prévio entre a União e a Petrobras em relação aos valores pagos pela empresa ao governo em 2010, quando ela recebeu o direito de explorar cinco bilhões de barris.

"A minha visão é mais pragmática, de business mesmo", disse, reforçando que esse assunto é uma de suas maiores prioridades, junto com a privatização da Eletrobras. "Acho que não é viável, pois ninguém vai querer colocar dinheiro em um negócio desse, com conflito com a Petrobras", afirmou.

O ministro informou que uma decisão sobre a revisão da cessão onerosa sairá até o dia 17 de maio. Guardia não quis dizer se, na avaliação do governo, a Petrobras é credora na cessão onerosa e nem quanto é o valor em discussão. Ele explicou também que o atual governo não vai gastar o dinheiro que será arrecadado com o leilão do excedente da cessão onerosa. E comentou que é preciso cumprir o teto de gastos da União, fixado para

este ano.

"Nós estamos dois a três bilhões abaixo do limite de despesa permitido", informou. "Então, não podemos gastar esse dinheiro [que será obtido no leilão]. Isso vai para o resultado primário, que ficará bem melhor neste ano", disse Guardia.

O ministro explicou que o dinheiro levantado com o leilão, que poderá ser muito significativo, ficará no caixa do Tesouro e poderá ser usado, no próximo ano, para ajudar o novo governo a cumprir a chamada "regra de ouro" das contas públicas, cujo déficit estimado para o ano que vem é de R\$ 254,3 bilhões. "O dinheiro do excedente da cessão onerosa é necessariamente para o próximo governo", disse.

Outro ponto ressaltado por ele é a tentativa de atacar o problema do ICMS. Guardia defendeu a padronização de alíquotas de alguns produtos entre os Estados, de obrigações acessórias e regras de crédito tributário. Ele não demonstrou otimismo sobre mexer também na alíquota interestadual do tributo.

"Nós vamos falar de alíquota interestadual? Vamos. Essa é a discussão difícil. Agora, vamos tentar botar regras de simplificação de obrigações acessórias, de tentar ter alguma uniformidade de alíquotas entre os diversos estados da





federação", disse Guardia. "Eu quero propor. Se acharem que a discussão não tem espaço, tudo bem."

Guardia rejeitou a crítica de que o movimento poderia levar a mais uma centralização de poder, gerando perda para os governos estaduais. "Não é poder para a União. O que a gente está querendo dizer é o seguinte: faz a gestão do ICMS dentro de alguns outros limites. A gente não pode esquecer que tem o setor privado na outra ponta pagando esse imposto com custo absolutamente inaceitável", disse. "Tem que começar colocar o dedo na ferida."

No pacote tributário, Guardia também reforçou o interesse de encaminhar o projeto de lei que mudará a tributação do PIS/Cofins, em preparação no governo, permitirá que os setores de serviço que hoje estão no regime cumulativo do tributo, permaneçam nele. Mesmo assim, Guardia informou que a transformação do PIS/Cofins em um imposto sobre valor adicionado

(IVA) atingirá a maior parte da economia do país. "Achamos que 85% da economia estará no novo sistema", afirmou. Os setores que pagam pelo regime não cumulativo terão, segundo Guardia, "uma brutal simplificação".

O ministro salientou que a mudança será neutra do ponto de vista da carga tributária, mas reconheceu que o impacto será diferenciado entre os setores. "Essa é a dificuldade da discussão", acrescentou, lembrando ainda que a mudança levará a um aumento da alíquota nominal. "Não dá para fazer mágica."

Guardia minimizou a queda recente nas projeções de mercado para o crescimento da economia brasileira. E reconheceu que é "óbvio" que o país precisa crescer mais do que está projetado por governo e mercado, mas salientou que, para isso, é preciso fazer reformas. "Se a gente não avançar nas reformas, nem 2,8% vamos crescer. Nosso PIB potencial é 2,3%, 2,4%", disse.

Em um 'cenário de estresse', projeto da LDO estima expansão de apenas 1,7% em 2019

Por Fabio Graner | De Brasília

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2019 prevê em seus anexos que o PIB brasileiro crescerá 1,7% em um cenário de estresse. O cenário-base do documento que vai subsidiar a elaboração do Orçamento do ano que vem prevê expansão de 3% para o PIB brasileiro em 2019. No caso de maior turbulência considerado pela equipe econômica, o PIB nominal seria de R\$ 7,353 trilhões e não de R\$ 7,549 trilhões, como projetado no cenário de referência.

O projeto, que terá que ser examinado e votado pelo Congresso até o recesso em julho, calcula que, caso o cenário de estresse se materialize, haveria uma perda da ordem de R\$ 27 bilhões nas receitas totais e a meta de déficit primário seria descumprida, já que o saldo negativo do governo central pularia de R\$ 139 bilhões para R\$ 160 bilhões.

"Do ponto de vista da despesa, as estimativas resultantes do cenário de estresse implicam redução de R\$

4,7 bilhões em 2019. Da conjugação de receitas e despesas estressadas, obtém-se o déficit primário do governo central de R\$ 160,878 bilhões, valor 15,7% superior à meta original", afirma o texto.

As contas feitas pela equipe econômica apontam também que nesse cenário mais complicado a dívida bruta do governo geral chegaria a 79,6% do PIB e não 77,7% do PIB como previsto no cenário visto como mais provável. No caso da dívida líquida do setor público, o indicador chegaria a 60,2% do PIB (ante 58,9% do PIB na projeção básica).

O documento do PLDO aponta que a dívida pública federal está cada vez mais sensível a variações na taxa de juros. No caso, cada variação de 1% no indicador, que em 2017 implicava 0,17% de aumento no estoque da dívida, em 2019 chegará a 0,20%. No cenário de estresse, a sensibilidade mostrada é a maior da série com início em 2004.

"Tal resultado está alinhado às alterações de composição observadas desde 2015 e constantes

ainda nas metas do PAF 2018 e projeções para 2019, que permitem o aumento para a participação de dívida com taxas de juros flutuantes na DPF [dívida pública federal] no curto prazo, em um cenário macroeconômico que ainda guarda incertezas quanto ao ritmo de retomada da atividade econômica", diz o texto. "Do ponto de vista do risco de mercado, o aspecto mais relevante decorrente de choques nas variáveis macroeconômicas atualmente é o risco de taxa de juros".

"Do ponto de vista do risco de mercado, o aspecto mais relevante decorrente de choques nas variáveis macroeconômicas atualmente é o risco de taxa de juros que, apesar de estar maior em relação aos anos anteriores, encontra-se em patamar bem mais confortável do que no início do período observado [2004]".

O documento calcula ainda que, em um cenário de estresse de juros e câmbio, o estoque da dívida pública federal subiria 3,3% em 2019, acima dos 3,1% previstos para este ano e 2,9% estimados para 2017.

Mansueto Almeida vai assumir Tesouro Nacional

Economista substituirá Ana Vescovi, que virou secretária-executiva da Fazenda

Considerado rigoroso na gestão fiscal, ex-técnico do Ipea foi um dos formuladores da regra do teto de gasto

DE BRASÍLIA- O economista Mansueto Almeida, 50, assumirá a Secretaria do Tesouro Nacional.

Ele ocupará a vaga deixada por Ana Paula Vescovi, que foi deslocada para a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda pelo novo ministro, Eduardo Guardia.

Especialista em finanças públicas, Mansueto, um dos nomes mais conhecidos da equipe econômica, fora ventilado para o Ministério do Planejamento e para o BNDES, além do próprio Tesouro, quando Henrique Meirelles foi anunciado ministro pelo presidente Michel Temer, em maio de 2016.

Ex-técnico do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), aproximou-se do PSDB e, nas eleições de 2014, chegou a atuar

na campanha de Aécio Neves na equipe de Armínio Fraga —o economista e ex-presidente do Banco Central liderou um time de especialistas na elaboração do programa de governo do tucano.

Mansueto tem trânsito no meio político e é bem-visto por aliados do governo que tratam da relação da equipe econômica com o Congresso. Conta ainda com boas relações nas principais instituições do mercado financeiro, construídas no período em que era consultor de contas públicas (2014/2015).

Ele chega ao Tesouro em um momento em que aumentará a pressão por despesas. Mansueto, porém, é considerado rigoroso na gestão fiscal, tendo sido um dos formuladores da regra do teto de gastos — que limita o aumento das despesas à inflação.

Na gestão de Meirelles na Fazenda, Mansueto chefiou a Seae (Secretaria de Acompanhamento Econômico), que posteriormente foi desmembrada. Desde 2017 era responsável pela Secretaria de Acompanhamento Fiscal e Energia, (Mariana Carneiro)

A bomba fiscal e a LDO

Desarmar a bomba fiscal para evitar um desastre no primeiro ano do próximo governo é uma das tarefas mais complexas e mais assustadoras da recém-nomeada equipe econômica. Se tudo correr de acordo com as previsões oficiais, o presidente que será eleito em outubro chegará ao fim de 2021, terceiro ano de seu mandato, ainda com um déficit de R\$ 70 bilhões nas contas primárias do governo central. Não terá ainda conseguido um centavo, portanto, para pagar os juros e frear o crescimento da dívida pública. Será impossível afastar o risco da insolvência, em 2022 ou pouco mais tarde, sem a reforma do sistema de aposentadorias e pensões.

Mas o desafio mais próximo, o de programar as finanças federais para 2019, já é bastante grave para concentrar as atenções do pessoal do Planejamento e da Fazenda e dos membros mais sérios e respeitáveis do Congresso Nacional.

Garantir o cumprimento da chamada regra de ouro das finanças públicas, em 2019, foi uma das preocupações da equipe econômica ao montar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), recém-apresentado ao Legislativo. Aquela regra proíbe endividar o Tesouro para cobrir gastos de custeio, como salários do funcionalismo, contas de luz e outras despesas do dia a dia.

Descumprir essa norma pode sujeitar o presidente da República a processo por crime de responsabilidade. Como prevenção, foi incluída no projeto da LDO uma autorização do Congresso para um crédito suplementar ou especial. Esse remédio é previsto na Constituição, mas depende de aprovação no Legislativo. Sem esse dinheiro, o governo ficará impossibilitado de custear certos gastos obrigatórios ou terá de estourar limites legais, como a meta do déficit primário.

A solução preventiva parece bem concebida, à primeira vista, mas especialistas têm dúvidas sobre a possibilidade de vincular despesas obrigatórias à aprovação de crédito especial. O assunto deverá render discussão nas próximas semanas. Prevista para aprovação até o fim do semestre, a LDO condiciona, formalmente, a elaboração da proposta de Orçamento a

ser enviada ao Congresso até 31 de agosto. Se esse ponto for resolvido de forma satisfatória, sobrarão poucas dúvidas importantes quanto ao conteúdo da LDO.

De modo geral, as condições econômicas tomadas como referência para os cálculos são próximas daquelas projetadas pelos especialistas. Segundo o documento, o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 3% em 2019, 2,4% em 2020 e 2,3% em 2021. A inflação chegará a 4,2% no próximo ano e ficará em 4% nos dois seguintes. A taxa básica de juros deverá situar-se, em média, em 7,7% em 2019 e depois em 8% até o fim do período considerado.

Os limites do déficit primário, isto é, sem a conta de juros, foram fixados em R\$ 139 bilhões, R\$ 110 bilhões e R\$ 70 bilhões. Nos três anos, como tem ocorrido regularmente, o Tesouro será superavitário, mas o déficit da Previdência mais que anulará esse resultado e jogará o saldo geral das contas no vermelho. O buraco previdenciário crescerá de 2,76% do PIB em 2019 para 3,08% em 2021.

Outras despesas declinarão, mas o esforço de ajuste será severamente condicionado à redução das despesas discricionárias. Aí se incluem os investimentos públicos. Sem a arrumação da Previdência, o governo continuará reduzindo a aplicação de recursos em obras essenciais para a economia.

De modo geral, o projeto da LDO revela um esforço de prudência e de realismo. Só receitas de concessões já realizadas foram incluídas nas contas. Se houver empenho na busca de parceria com o setor privado, o ingresso de recursos no Tesouro poderá ser superior ao previsto. Mas a prudência é mesmo a atitude mais aconselhável em qualquer programação financeira. Isso vale especialmente quando a maioria dos envolvidos no jogo político mais atrapalha do que ajuda a gestão do dinheiro público.

Desajustado estruturalmente, o Orçamento tem sido mais um problema do que um instrumento para execução de políticas e realização de inovações econômicas e sociais. A recuperação do instrumento só virá com ajustes e reformas.

Mansueto será novo secretário do Tesouro

Anúncio será feito hoje pelo ministro da Fazenda; economista terá pela frente missão de negociar com governadores situação dos Estados

Adriana Fernandes

O economista Mansueto Almeida será o novo secretário do Tesouro Nacional. O anúncio será feito hoje pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Mansueto é o atual secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias do Ministério da Fazenda e já integrava o time negociador da privatização da Eletrobrás e do acordo da cessão onerosa da área do pré-sal com a Petrobrás – duas prioridades declaradas de Guardia para a sua gestão nos próximos oito meses de governo.

Mansueto vai substituir Ana Paula Vescovi, já anunciada como secretária executiva e braço direito de Guardia. O economista já tinha sido convidado por Guardia, mas resistia em oficializar sua decisão até ter certeza de que todos os subsecretários do Tesouro ficariam no cargo e lhe dariam apoio no comando. A sondagem foi feita pela própria secretária Ana Paula.

À frente do Tesouro, terá de negociar com os governadores, que pressionam por recursos federais às vésperas de eleições.

O dilema maior é que a legislação fiscal exige que os governadores deixem em caixa dinheiro suficiente para bancar os “restos a pagar” – despesas transferidas de um ano para outro – no fim do mandato.

A missão mais delicada do novo secretário do Tesouro será terminar de negociar o ingresso do Rio Grande do Sul no programa de recuperação fiscal aberto pelo governo federal para socorrer os Estados com gravíssima situação financeira. O governo gaúcho resiste a incluir a privatização do Bannisul no rol de medidas que terão de ser feitas para o Estado ser aceito no programa. Ao Estadão/Broadcast, Guardia deixou claro que o banco terá de ser privatizado.

Ao ser questionado se já tinha dado o recado ao governo gaúcho, o novo ministro respondeu: “É claro. Isso está na lei. Eu sou um legalista. Se está na lei, é preciso cumprir a lei”. No início da gestão de Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda, Mansueto foi convidado para ser o secretário do Tesouro e não aceitou. Preferiu ficar com Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), depois transformada em Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias.

Conduziu a reformulação do

FIES e participou da elaboração da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos ao BNDES. Foi o primeiro nome a integrar o chamado “dream team” de Meirelles e um defensor do ajuste fiscal gradual, sem o aumento de impostos para não comprometer a combalida economia do País.

Crítico.

Fiscalista que ganhou projeção nacional com o “Blog do Mansueto”, foi um dos maiores críticos à política econômica da ex-presidente Dilma Rousseff de empréstimos ao BNDES e aumento dos subsídios para bombar investimentos das empresas e do crescimento econômico.

É o secretário do Ministério da Fazenda mais atuante nas redes sociais, onde faz defesa acirrada da reforma da Previdência e do teto de gasto, o limitador do crescimento das despesas à inflação.

Mansueto é do Ceará, funcionário de carreira do IPEA e já teve ligação com o PSDB. Assim como os demais integrantes da Fazenda, só permaneceu no cargo depois da saída de Meirelles com o compromisso de que a política econômica do ex-ministro fosse mantida.

O guardião do cofre

Quem é e o que pensa o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que acumula uma extensa carreira pública e privada. Conhecido como o “senhor não”, ele terá nove meses para domar os gastos e abrir o caminho para as reformas



O novo chefe da economia: alçado a Ministro da Fazenda, o economista Eduardo Guardia terá de seguir a linha dura de resistência contra o avanço dos gastos. no congresso, a pressão aumentou (Crédito: Dida Sampaio)

Gabriel Baldocchi

13/04/18 - 19h00

Em seu período como diretor da BM&FBovespa (atual B3), entre 2010 e 2016, o economista paulista Eduardo Guardia costumava ouvir do chefe brincadeiras sobre os riscos corporativos de seu hobby: a equitação. Em tom descontraído, o então presidente Edemir Pinto considerava o temor de ter de lidar com a “queda do cavalo” e perder uma “peça importante demais” no tabuleiro de gestão da empresa. Não era a primeira vez que as predileções esportivas de Guardia

viravam comentários da chefia. Ao visitar uma feira de surf, em meados dos anos 2000, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, tornou pública a prática do seu então secretário estadual da Fazenda de se aventurar no mar. Oficializado como Ministro da Fazenda, na quarta-feira 11, Guardia voltará a lidar com referências esportivas. Dessa vez, ele será considerado um jogador de defesa no “campo” do ajuste fiscal.

A metáfora futebolística explica de maneira simples a maior missão do novo chefe da equipe econômica nos cerca de nove meses em que passará no cargo. Frear pressões políticas e retrocessos no esforço para conter gastos será o suficiente para sua gestão ser considerada vitoriosa. A trajetória de Guardia o qualifica como um dos mais adequados para tal tarefa. Formado em economia pela PUC-SP e pós-graduado pela USP, ele ocupou cargos públicos no passado que tinham como função principal dizer “não”. Em 2002, foi secretário do Tesouro Nacional, depois de passar pelas funções de secretário-adjunto na área e assessor especial do Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Entre 2003 e 2006, liderou a Fazenda paulista de Alckmin, onde descobriu a fundo as particularidades do ICMS, da guerra fiscal entre Estados e as

divergências regionais nas tentativas de reforma tributária.



Foco eleitoral: principal arquiteto do ajuste fiscal de Temer, Henrique Meirelles se filiou ao MDB. Ele tenta colher frutos na corrida eleitoral para a presidência da República (Crédito: Renato Costa/Framephoto)

O nome do novo ministro é visto com credibilidade no mercado. Não apenas porque ele representa a continuidade do trabalho de ajuste fiscal iniciado por Henrique Meirelles, que deixou o posto para se candidatar à Presidência, mas também por suas próprias convicções. O tema fiscal foi objeto da sua tese de doutorado já em 1999. “É um profissional com uma trajetória brilhante no setor privado e público, já atuou em vários cargos na Fazenda e era a solução natural dentro do ministério”, afirma Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco. “Não vejo mudança de orientação, de foco, nada disso. É uma solução natural e bem-vinda.”

O ingresso na equipe de Meirelles se deu em junho de 2016. Pela posição firme no cargo de secretário-executivo da





Fazenda, o economista criou antipatias no Congresso Nacional, depois de ser identificado como responsável por se opor a pautas que geravam impacto fiscal, como o Refis (programa de refinanciamento de dívidas tributárias). Desses episódios surgiram o apelido de “senhor não” e a percepção negativa que quase inviabilizou a sua nomeação ao cargo após a indicação de Meirelles. Guardia, por exemplo, levantou restrições ao projeto de convalidação dos benefícios fiscais, mas acabou vencido no Legislativo. O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) admite que a falta de traquejo com o Congresso pesa contra o novo ministro, mas destaca suas qualidades técnicas. “O Eduardo Guardia é muito competente, é do ramo”, afirma Avelino “Não é de fácil trato, mas quando você tem argumentos que caminham numa linha possível de negociação, as coisas avançam.”

Quem o conhece há mais a tempo refuta a pecha de inflexível e atribui a impressão dos parlamentares à função natural do cargo de “vice-ministro” num período tão adverso como o da crise recente do País. “Ele foi experimentado num momento de um governo que veio para corrigir muita coisa que estava completamente sem rumo. Os testes foram prova de fogo e provavelmente ele teve dizer muito mais não”, afirma Edemir Pinto, seu ex-chefe. “O Guardia tem uma experiência grande em dizer não, só que de forma muito técnica e convincente.” O ex-presidente da Bolsa destaca como suas principais características a

disciplina e o elevado espírito público. “Seu único defeito é ser palmeirense”, diz em tom de brincadeira.

A nomeação do novo ministro coincide com um período de afrouxamento na vigilância sobre projetos fiscais no Congresso. Com o presidente Michel Temer e o ministro Meirelles focados em viabilizar a candidatura presidencial, as pressões eleitorais se fortaleceram no Parlamento, impondo derrotas em textos considerados relevantes para o governo diminuir o rombo das contas públicas. O custo fiscal estimado com a derrubada de vetos em projetos como de renegociação de dívidas de pequenas empresas e de agricultores é de mais de R\$ 10 bilhões. Somam-se a outros textos que têm impactos nos cofres e não foram aprovados, como a tributação de fundos, com receita extra estimada em R\$ 6 bilhões. Para o economista-chefe do Banco Vontorantim, Roberto Padovani, uma luz amarela se acendeu. “O importante, muito mais do que avançar, é evitar retrocessos”, afirma. “Dificilmente ele vai para o ataque fazer gol. Pode ser um bom defensor, um guardião do que já foi feito.”



Realocado: Dyogo Oliveira deixou o Ministério do Planejamento para assumir a presidência do BNDES (Crédito:AFP Photo / Mauro Pimentel)

Na quinta-feira 12, a nova equipe anunciou a revisão das estimativas econômicas. A expectativa é a de que o déficit fiscal não seja revertido antes de 2021 (confira o gráfico ao final da reportagem). Guardia estava acompanhado do novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, servidor de carreira do Banco Central que também foi promovido do cargo de secretário-executivo. Dyogo Oliveira, seu antecessor, assumiu a presidência do BNDES. Quaisquer afrouxamentos nas contas neste ano aumentam o desafio do ajuste em 2019, que ainda depende do vencedor nas urnas. Para fortalecer o escudo fiscal na Fazenda, Guardia indicou como sua substituta a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, também considerada uma linha dura nos gastos e no esforço contra a ingerência política. A secretária foi uma das responsáveis por vetar um aporte de recursos do FGTS na Caixa Econômica Federal. “Não há nenhuma pressão política aqui”, afirmou Guardia, ao assumir o posto na quarta-feira 11.

Uma das principais atribuições da nova cúpula econômica será encontrar uma saída para contornar, em 2019, limitações impostas pelas três principais regras fiscais: a meta primária, o teto dos gastos e a regra de ouro (que proíbe o governo de se endividar para financiar a máquina). Para lidar com esta última, a nova equipe indicou que pedirá autorização ao Congresso para obter um crédito extra de R\$ 254 bilhões. Entre as pendências, o novo chefe da Fazenda também precisa resolver o impasse da





cessão onerosa da Petrobras. O tema vinha ocupando a maior parte do seu tempo na função anterior. Guardia tentou sinalizar um esforço para ir além do freio fiscal e avançar com reformas. Destacou como prioridade a tão aguardada reformulação tributária. Uma revisão do PIS e Cofins integra a pauta legislativa apresentada pelo governo Temer após adiamento da reforma da Previdência. A agenda apresentada pelo novo ministro foi turbinada com a intenção de incluir a mudança nas regras do ICMS, usando a experiência da época em que foi secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, quando o tema já era discutido.

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator do projeto de reforma tributária no Congresso, acredita ser possível avançar no tema com um pacto legislativo que mantenha as fatias atuais no bolo de arrecadação dos Estados. Ele vem discutindo o assunto com Guardia desde ano passado. “O ministro pode fazer em nove meses

uma grande transformação na economia brasileira se avançar nesse tema”, afirma Hauly. “O momento de final de mandato é oportuno.” A reforma tributária enfrenta resistências históricas e sua aprovação é vista com ceticismo no mercado. As chances estão ficando cada vez mais baixas para passar matérias que não envolvem a questão fiscal e apontadas como prioritárias pelo governo. A pauta de projetos microeconômicos inclui desde a autonomia do Banco Central até a regulamentação dos chamados distratos (quando um cliente desiste de comprar um imóvel). O destaque é a privatização da Eletrobras, considerado o mais importante deles. A tentativa do novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, de publicar um decreto para dar início aos estudos enfrentou resistência dos parlamentares e pegou até Guardia de surpresa.

Apesar das dificuldades, há quem conte com avanços no

Legislativo. O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, considera possível a aprovação de temas do setor, como a regulamentação do distrato, no Congresso. O executivo se reuniu com Guardia em janeiro para tratar de questões de financiamento de longo prazo no setor. “Ele é um profissional respeitado no mercado e no governo”, afirma. “A trajetória dele dá todas as condições técnicas para levar em frente os temas do Ministério.” O fomento do mercado de capitais será, inclusive, uma prioridade de Guardia no cargo. Entra aí a experiência de anos no setor privado, como diretor da Bolsa paulistana, executivo do grupo GP Investimentos e sócio-fundador da Pragma Patrimônio, de gestão de fortunas. A missão não será simples. Nos próximos nove meses, Guardia precisará dizer “não” ao Congresso e, ao mesmo tempo, trabalhar para receber “sim” aos seus projetos.

O DESAFIO DAS CONTAS PÚBLICAS

